

Governo fala em reverter mudanças do Congresso em MP após reunião de Lula

O ministro da Casa Civil, Rui Costa, afirmou que o texto da MP (medida provisória) da reestruturação da Esplanada dos Ministérios está “desalinhado” com a visão do governo, que trabalhará para reverter as mudanças durante a votação no plenário da Câmara dos Deputados e no Senado.

A declaração foi dada após reunião de Lula (PT) com as ministras do Meio Ambiente, Marina Silva, e dos Povos Indígenas, Sônia Guajajara, além do núcleo político do Planalto.

Além de Rui, a entrevista à imprensa teve a presença dos chefes da Comunicação, Paulo Pimenta, e das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, mas não de Marina nem de Guajajara. Eles afirmaram que as duas mulheres não puderam participar da coletiva porque tinham

outra agenda.

Embora tenham afirmado que trabalharão para reverter a situação, Padilha disse que a eventual manutenção da decisão do Congresso de esvaziar as pastas ambientais não evitará o governo de implementar o projeto do presidente Lula de, segundo ele, proteger a natureza.

Rui, por sua vez, relativizou a derrota sofrida no Legislativo: “A maior parte dos pontos preservou aquilo que era conceito original da MP, mas alguns pontos não foram mantidos. Portanto o governo trabalhará em outros espaços legislativos para que pontos que foram mexidos e, em nossa opinião, estão desalinhados com as políticas que precisam ser implementadas, possam retomar o conceito original”.

A votação que causou polêmica ocorreu noite da última quarta-feira (24), quando

membros da comissão mista da Câmara dos Deputados aprovaram relatório da medida provisória que reestrutura a Esplanada dos Ministérios e esvaziaram as atribuições de Marina e Guajajara.

Apesar de os principais ministros do governo terem afirmado que irão trabalhar para reverter as mudanças, a negociação que prejudicou as duas ministras contou com aval do Palácio do Planalto.

O chefe do Executivo priorizou manter as atribuições da Casa Civil, por exemplo, na articulação com o Congresso, em vez de ter se esforçado em favor das pautas ambientais.

Desde o início, o governo já previa que as concessões previstas no relatório seriam inevitáveis devido à atual correlação de forças no Congresso. Matheus T. e Renato M./Folhapress



Economia



Governo de SP sanciona lei do novo salário mínimo estadual de R\$ 1.550

Página - 03

Política

Gabriela Hardt se candidata a remoção de cargo e pode deixar Lava Jato

Página - 08

Bolsonaro é condenado em 2ª instância por ataques a jornalistas durante mandato

Página - 08

Governo Lula anuncia corte de impostos para carros populares; valor pode cair até 10,96% Pág - 03



Políticos da Itália repudiam caso de agressão de policiais a brasileira

Pág - 02

Papa Francisco cancela audiências após apresentar febre Pág - 02



No Mundo

Políticos da Itália repudiam caso de agressão de policiais a brasileira



Políticos italianos repudiaram a agressão de policiais municipais de Milão a uma brasileira de 41 anos em uma via pública do país.

Nas redes sociais, parlamentares publicaram notas de repúdio criticando a postura da polícia local. Vídeos mostram os agentes batendo na mulher com cassetetes e borrifando spray de pimenta no rosto dela, desarmada e já no chão. Após as inúmeras agressões, a mulher foi algemada com o rosto no asfalto.

A senadora Ilaria Cucchi (Aliança Verde Esquerda), que teve o irmão morto em

Roma, vítima de violência policial em 2009, afirmou que as imagens são graves. “Pretendo ir até o fim dessa história, até que tudo seja esclarecido. As imagens são gravíssimas e ninguém pode ficar indiferente”, declarou.

Pierfrancesco Majorino, parlamentar do Partido Democrático na região Lombardia, declarou que a agressão é “repugnante”. “As imagens da mulher sendo golpeada com cassetetes na cabeça por policiais locais em Milão são repugnantes, seja qual for o contexto e o que aconteceu antes do que foi filmado”, disse em entrevista à imprensa local.

Iacopo Melio, vereador da região da Toscana, classificou a cena como “atroz”. “Uma cena atroz e inaceitável porque fazer justiça, seja qual for o crime, certamente não significa isso, mas prender deixando a lei cumprir seu dever.”

O senador Franco Mirabelli afirmou que “não há nada que justifique o abuso da força sobre uma pessoa indefesa”. Ele disse ainda que “uma coisa é impedir que crimes sejam cometidos, outra é se enfurecer contra os responsáveis”. Folhapress

Papa Francisco cancela audiências após apresentar febre



O papa Francisco não recebeu ninguém em audiências nesta sexta-feira (26) porque está com febre, informou o Vaticano -esta é a segunda vez que sua agenda precisou ser interrompida por questões de saúde em três meses.

Em março, o pontífice foi internado para tratar uma bronquite infecciosa e teve alta três dias depois. Questionado pela agência de notícias Reuters, o porta-voz do Vaticano, Matteo Bruni, não deu mais detalhes sobre a saúde do líder católico romano de 86 anos.

O pontífice argentino sofre de diverticulite, uma do-

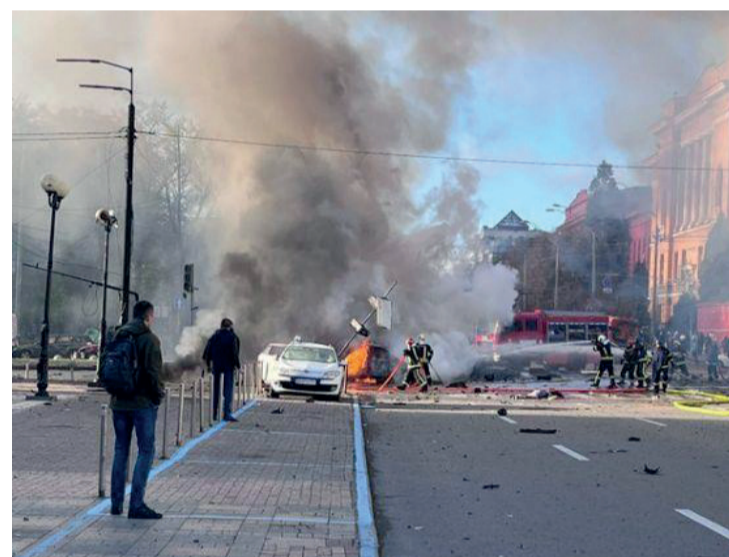
Fronteira da Rússia com Ucrânia volta a ser alvo de ataques

Alvo de diferentes ataques nos últimos meses, a região russa de Belgorodo, que faz fronteira com a Ucrânia, sofreu novos disparos nas últimas 24 horas. O lançamento de 132 projéteis atingiu prédios no distrito de Graivoron, segundo o governador da região, Viatcheslav Gladkov, que não reportou vítimas.

O ataque acontece quatro dias depois da mais grave incursão armada em território russo desde o início da Guerra da Ucrânia, em fevereiro do ano passado. Na segunda-

feira (22), o alvo também foi Graivoron, quando oito pessoas ficaram feridas e civis foram retirados de nove localidades, segundo autoridades russas.

No início da semana, o episódio deu início a mais uma guerra de versões do conflito -autoridades da Rússia afirmam que ucranianos cruzaram a fronteira e se infiltraram na cidade, enquanto a Ucrânia diz que os atos são de responsabilidade de grupos armados locais que se opõem ao Kremlin. Folhapress



ença que pode infectar ou inflamar o cólon, e foi operado no hospital Gemelli em 2021 para remover parte do intestino. No início deste ano, ele disse que a condição havia retornado e que estava gerando ganho de peso, mas que isso não era fonte de grande preocupação.

Francisco também tem uma osteoartrite que afeta um ligamento do joelho direito, de modo que o papa alterna entre o uso de bengala e de cadeira de rodas em suas aparições públicas. Em entrevista à agência de notícias Reuters no ano passado, o argentino afirmou que preferia não fazer uma cirurgia na articulação para não repetir os efeitos

colaterais de longo prazo da anestesia após a operação de 2021.

Em julho passado, na volta de uma viagem ao Canadá, o papa reconheceu que sua idade avançada e sua dificuldade para caminhar podem ter inaugurado uma fase mais lenta de seu papado. Em 10 anos de pontificado completados em março, 59 países já receberam a visita do papa Francisco.

Com média de quatro partidas internacionais por ano, ele supera seu antecessor, Bento 16, com três viagens por ano, e se aproxima de João Paulo 2º, que fez 104 viagens ao longo de 26 anos de papado. Folhapress

Jornal Data Mercantil Ltda

Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000
Tel.: 11 3361-8833
E-mail: comercial@datamercantil.com.br
Cnpj: 35.960.818/0001-30

Editorial: Daniela Camargo
Comercial: Tiago Albuquerque

Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara, Biznews, IstoéDinheiro, Neofeed, Notícias Agrícolas.

Rodagem: Diária

Fazemos parte da



Por que o peito de peru é um dos frios mais caros?



Mesmo sendo um dos maiores produtores mundiais de carne de peru, o corte dessa ave possui um custo elevado para o consumidor brasileiro.

Apesar de os brasileiros consumirem 63,47% da carne de peru produzida no país, segundo a ABPA (Associação Brasileira de Proteína Animal), os custos de produção e criação das aves interferem no preço final.

Ricardo Castellar de Faria, presidente da Acav (Associação Catarinense de Avicultura), explica que o chamado índice de conversão alimentar é um dos fatores que afetam o custo da produção dessa carne.

O índice serve para indicar quantos quilos de ração são necessários para produzir

1 kg de carne de um certo animal.

O peru precisa consumir 2,7 kg de ração para produzir 1 kg de carne e o peso médio da ave para o abate é de 20 kg. Já o frango precisa de 1,65 kg de ração para cada quilo de carne e tem o peso médio de 3 kg.

“Também há um alto custo industrial, imagine o processamento do peru, com 20 kg, em uma linha de produção, é muito mais complexo do que processar um frango”, diz Faria.

Outro fator que influencia o preço é o corte usado para a produção: o peito do peru.

Na alimentação do Brasil, o corte mais nobre de uma ave é o peito, onde há mais carne, ao contrário dos Estados Unidos, o maior produtor de carne de peru do mundo,

que considera a coxa, onde há mais gordura, a parte mais nobre.

Um reflexo disso é que o peito de peru é 50% mais caro do que o presunto de peru.

Ana Lúcia da Silva Corrêa Lemos, diretora do CTC (Centro de Tecnologia de Carnes) do Ital (Instituto de Tecnologia de Alimentos), explica que também há outro fator que afeta o custo.

Os frios feitos com carnes, como peito de peru e presunto, passam por um cozimento conhecido como salmoura, um tipo de preparo para matar micro-organismos patogênicos.

O peito de peru ainda tem a defumação, processo de exposição da carne à fumaça produzida de determinadas madeiras.

Patrick Fuentes/Folhapress

Governo de SP sanciona lei do novo salário mínimo estadual de R\$ 1.550

O governador Tarcísio de Freitas sancionou lei que estabeleceu novo salário mínimo paulista em R\$ 1.550.

Novo valor aprovado é superior ao salário mínimo nacional e unifica as duas faixas anteriores de remuneração, de R\$ 1.284 e R\$ 1.306. Reajuste passa a valer a partir de 1.º de junho e índice de aumento é quatro vezes maior que a inflação acumulada nos últimos doze meses, de 4,65%.

Proposta do novo salário mínimo foi enviada à Assembleia Legislativa no dia 2 de maio e tramitou em regime de urgência.

Tarcísio ainda prometeu “aumento real de salário mínimo acima da inflação” em todos os anos de seu governo durante discurso após a assinatura da lei.

“Nós temos que celebrar as vitórias, as conquistas e cada passo que estamos dando. A gente sabe que muitos passos têm que ser dados, mas é um primeiro passo importante para outros passos vigorosos no sentido de recuperação de poder de compra do trabalhador, de uma sociedade mais justa e humana e de um estado mais desenvolvido, com mais diálogo e dignidade”, defendeu o governador.

Folhapress



Governo Lula anuncia corte de impostos para carros populares; valor pode cair até 10,96%



O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) divulgou um plano que busca reduzir o preço dos carros populares novos.

O vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB) anunciou que a principal medida será a redução de tributos para veículos de até R\$ 120 mil, com a redução do IPI e do PIS/Cofins.

As reduções nos preços finais dos veículos vão variar de 1,5% até 10,96% -os descontos serão maiores para os carros mais baratos. Além do preço, dois outros fatores serão levados em conta para determinar o tamanho do desconto: a eficiência energética e a produção nacional. O

governo ainda vai especificar quantas faixas de redução haverá.

Alckmin anunciou inicialmente que a redução poderia chegar a 10,79%. No entanto, a Secom (Secretaria de Comunicação da Presidência) e a assessoria de imprensa do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços depois corrigiram o número para 10,96%.

Na reunião, o governo informou que o pacote será detalhado dentro de 15 dias. Até lá, o ministro Fernando Haddad (Fazenda) realizará cálculos de medidas compensatórias para perda de receita com os incentivos.

“A Fazenda pediu [um

prazo de] até 15 dias para estabelecer a questão fiscal”, disse Alckmin. “E aí, sim, se pode efetivamente fazer a medida provisória”, completou.

O pacote foi anunciado durante reunião no Palácio do Planalto com representantes do setor automotivo. Alckmin, que também é ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, foi o responsável pelo desenho do programa.

O vice-presidente afirmou que a redução no valor dos veículos atende à “questão social” porque beneficia com descontos maiores os veículos cujo preço é mais acessível.

Lucas A. Renato M. e Catia S./Folhapress



Oxymed Comércio e Locação de Equipamentos Médico Hospitalares Ltda.

CNPJ/ME nº 57.417.537/0001-79 – NIRE 35.207.447.399
14ª Alteração e Consolidação ao Contrato Social

Por este instrumento, as partes abaixo qualificadas, (i) **Marcos Aurélio Meneguetti**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, portador da cédula de identidade RG nº 11.227.869-3 (SSP/SP), e inscrito no CPF/ME nº 087.418.028-70, residente e domiciliado na cidade e no estado de São Paulo ("Marcos"); e (ii) **Maria Elisa Parreira de Barros Meneguetti**, brasileira, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, portadora da cédula de identidade RG nº 11.050.737-X, e inscrita no CPF/ME nº 087.418.018-06, residente e domiciliada na cidade e estado de São Paulo ("Maria Elisa"). **Únicos sócios da Oxymed Comércio e Locação de Equipamentos Médico Hospitalares Ltda.** ("Sociedade"), resolvem alterar o Contrato Social em vigor, nos seguintes termos: **I. Da Rerratificação.** 1.1. Resolvem os sócios, por unanimidade, rerratificar a Cláusula Primeira da 12ª Alteração ao Contrato Social da Sociedade, realizada em 01/07/2020, registrada perante a JUCESP em sessão de 11/08/2020, sob o nº 293.323/20-3, para fazer constar o endereço completo da Sociedade, como deixou de constar por um lapso. 1.1.1. Decidem os sócios consolidar a Cláusula Primeira da 12ª Alteração ao Contrato Social da Sociedade, que passará a vigorar com a seguinte redação: "**Cláusula Primeira.** A sociedade gira sob a denominação social de "**Oxymed Comércio e Locação de Equipamentos Médico Hospitalares Ltda.**", com sede social na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, situada na Rua Gustavo da Silveira, nº 1.357, Quadra nº 16, Vila Santa Catarina, CEP 04376-006". 1.2. Resolvem os sócios, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, rerratificar a Cláusula Primeira da 13ª Alteração ao Contrato Social, realizada em 07/02/2023, registrada perante a JUCESP em sessão de 24/02/2023, sob o nº 085.309/23-0, para fazer constar que CEP correto da Companhia é o CEP 04376-006, e não o CEP 04276-006, como por um lapso constou. 1.2.1. Decidem os sócios consolidar a Cláusula Primeira da 13ª Alteração ao Contrato Social da Sociedade, a qual passará a vigorar com a seguinte redação: "**Cláusula Primeira.** A sociedade gira sob a denominação social de "**Oxymed Comércio e Locação de Equipamentos Médico Hospitalares Ltda.**", com sede social na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, situada na Rua Gustavo da Silveira, nº 1.357, Quadra nº 16, Vila Santa Catarina, CEP 04376-006". **II. Da Transformação de Sociedade Limitada para Sociedade por Ações.** 2.1. Decidem os sócios, por unanimidade e sem quaisquer restrições, transformar o tipo societário da Sociedade, que passará de sociedade limitada para sociedade por ações de capital fechado, nos termos estabelecidos e conforme Estatuto Social transcrito no Anexo I. 2.2. A transformação ora aprovada em nada afeta a continuidade da Sociedade, não havendo, portanto, constituição de nova sociedade, mas apenas transformação de tipo societário. 2.3. Os sócios decidem alterar a denominação social da Sociedade para "**Oxymed Comércio e Locação de Equipamentos Médico Hospitalares S.A.**". 2.4. Os sócios, já qualificados, passarão à qualidade de acionistas. 2.5. Os sócios decidem, por unanimidade, converter as 26.500.000 quotas, de valor nominal de R\$1,00 cada, em 26.500.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, as quais são alocadas às sócias, atuais acionistas da Sociedade, da seguinte forma: (i) **Maria Elisa Parreira de Barros Meneguetti** passa a deter 26.235.000,00 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, totalmente integralizadas; e (ii) **Marcos Aurélio Meneguetti** passa a deter 265.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, totalmente integralizadas. **II. Da Administração da Sociedade.** 2.1. Aprovar a eleição da Diretoria da Sociedade que será composta por 02 Diretores, os quais terão mandato unificado por prazo determinado de 3 anos a contar desta data. 2.2. Para os fins do disposto acima, atuarão como Diretores os acionistas **Marcos Aurélio Meneguetti** e **Maria Elisa Parreira de Barros Meneguetti**, já qualificados, são investidos em seus cargos na assinatura dos respectivos Termos de Posse. 2.3. Os Diretores ora eleitos aceitam os cargos para os quais foram indicados e declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos por lei especial, ou condenados por pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade. **Quarto:** O Liquidante declara, ainda, que não há qualquer débito pendente da Sociedade com relação às autoridades fiscais ou perante quaisquer terceiros. **Quinto:** As sócias, neste ato, aceitam e aprovam, por unanimidade e sem reservas, o balanço de encerramento e as contas finais apresentadas pelo Liquidante. Ato contínuo, decidem as sócias que os valores disponíveis (se aplicável) no caixa da Sociedade serão utilizados para quitação das despesas incorridas com o registro do presente Distrato Social, incluindo, mas não se limitando a honorários de advogados e contadores, bem como outras despesas, sendo que eventual remanescente será devolvido às sócias, acima qualificadas, na proporção das quotas detidas por cada uma delas no capital social da Sociedade. **Sexto:** Estando o passivo da Sociedade totalmente liquidado e não havendo mais obrigações a serem cumpridas e, ainda, devido ao encerramento das atividades da Sociedade, as sócias declaram extinta a Sociedade a partir desta data. **Sétimo:** As sócias desde já garantem que serão responsáveis por eventuais débitos da Sociedade posteriores à presente dissolução, obrigando-se a indenizar o Liquidante caso o mesmo venha a ser demandado extrajudicialmente ou judicialmente por qualquer obrigação da Sociedade. **Oitavo:** As sócias terão direito e serão considerados responsáveis pelo recebimento de quaisquer pagamentos oriundos de créditos contra as autoridades fiscais brasileiras. **Nono:** Em vista das deliberações acima, as atividades da Sociedade estão definitivamente encerradas e a Sociedade está, consequentemente, dissolvida, liquidada e extinta, para todos os efeitos de direito. Este distrato é assinado eletronicamente. São Paulo, 19/05/2023. **Aktiebolaget Halmstads Gummifabrik** Por: Alexandre Verri; **Janmon AB** Por: Alexandre Verri. **Acordado:** Johan Lennart Fager – Liquidante. JUCESP – Registrado sob nº 204.109/23-1 em 24/05/2023. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

ao Contrato Social e seus anexos. E, por estarem justas e contratadas, as Partes assinam a presente Alteração em 1 única via eletrônica. 24/04/2023. **Sócios:** **Marcos Aurélio Meneguetti** e **Maria Elisa Parreira de Barros Meneguetti**. Visto do Advogado: José Samurá Saiani, OAB/SP nº 123.478. **Anexo I. Estatuto Social. Capítulo I – Da Denominação, Sede, Foro, Objeto Social e Duração. Cláusula 1ª.** A Companhia é uma sociedade por ações de capital fechado denominada **Oxymed Comércio e Locação de Equipamentos Médico Hospitalares S.A.**, regida pelo presente Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis ("Companhia"). **Cláusula 2ª.** A Companhia tem sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, situada na Rua Gustavo da Silveira, nº 1.357, Quadra nº 16, Vila Santa Catarina, CEP 04376-006, podendo instalar e estabelecer filiais, sucursais, agências, depósitos e escritórios em qualquer localidade no país ou exterior. **Cláusula 3ª.** A Companhia tem por objeto social a importação, comércio, locação e assistência técnica de equipamentos médicos e hospitalares. **Cláusula 4ª.** O prazo de duração da Companhia é por tempo indeterminado. **Capítulo II – Capital Social e Ações. Cláusula 5ª.** O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional é de R\$ 26.500.000,00 dividido em 26.500.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. **§ 1º.** Os acionistas terão sempre preferência na subscrição em caso de aumento do capital social, guardada a proporção das ações de que são possuidores, direito esse que deverá ser exercido dentro do prazo fixado pela Assembleia Geral que deliberará sobre o respectivo aumento, o qual não poderá ser inferior a 30 dias da data da publicação da ata da assembleia geral que tratou do aumento. **§ 2º.** No caso de integralização de bens, a Assembleia Geral deliberará sobre a avaliação deles que deverá ser realizada por peritos nomeados ou empresas especializadas, de reconhecida idoneidade. **§ 3º.** Concluído o laudo pericial dos bens oferecidos para a integralização do capital pretendido, a Diretoria convocará, no prazo de 5 dias, a Assembleia Geral que deliberará sobre a matéria em questão. **Cláusula 6ª.** Cada ação ordinária nominativa corresponde a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. **Cláusula 7ª.** As ações ordinárias nominativas, representativas do Capital Social, são indivisíveis em relação à Companhia. **Cláusula 8ª.** A propriedade das ações nominativas presume-se pela inscrição do nome do acionista no Livro de Registro de Ações Nominativas. **Cláusula 9ª.** A transferência das ações nominativas opera-se por termo lavrado no Livro de Transferência de Ações Nominativas, datado e assinado pelo cedente e pelo cessionário, ou seus legítimos representantes. **Capítulo III – Assembleias Gerais. Cláusula 10ª.** A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, nos 4 meses seguintes ao término do exercício social da Companhia e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim exigirem. **§ 1º.** A Assembleia Geral será convocada pela Diretoria, por carta, fax, ou correio eletrônico, sendo certo que a declaração escrita de ciência será considerada formalizada por meio de aviso de recebimento de carta registrada, comprovante de envio de fax ou de correio eletrônico. **§ 2º.** As formalidades de convocação para realização de Assembleia Geral serão dispensadas no caso de comparecimento da totalidade dos acionistas da Companhia. **§ 3º.** A Assembleia Geral será presidida e secretariada por pessoas eleitas pela maioria dos acionistas presentes. **Cláusula 11ª.** As Assembleias Gerais instalar-se-ão com a presença de acionistas titulares de, no mínimo, a maioria das ações com direito a voto, salvo se houver maior quórum exigido por lei. **Cláusula 12ª.** As deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por acionistas representando, pelo menos, a maioria das ações com direito a voto, salvo exceções legais. **Capítulo IV – Administração. Cláusula 13ª.** A Diretoria da Companhia, cujos membros serão eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral, será composta por 2 Diretores, residentes ou não no país, sendo um Diretor Presidente e um Diretor sem designação específica, com mandato de 3 anos, sendo permitida a reeleição. **Cláusula 14ª.** Compete à Diretoria a administração dos negócios sociais em geral, e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes, ressalvados aqueles para os quais seja por lei ou pelo presente Estatuto, atribuída a competência à Assembleia Geral. **Cláusula 15ª.** Os membros da Diretoria serão investidos, nos respectivos cargos mediante termo de posse, devidamente registrado no Livro de Registro de Atas das Reuniões de Diretoria, neles permanecendo até a eleição e posse de seus substitutos. **Cláusula 16ª.** Compete aos Diretores: (a) representar a Companhia ativa ou passivamente em qualquer Juízo ou fora dele, perante terceiros, quaisquer repartições públicas ou autoridades federais, estaduais ou municipais, bem como autarquias, sociedades de economia mista e entidades paraestatais; e (b) firmar contratos, assinar documentos, exercer direitos em nome da Companhia, inclusive poderes para transigir, renunciar, desistir, firmar acordos, compro-

missos, sacar, emitir, endossar, avaliar ou aceitar duplicatas ou quaisquer outros títulos de crédito. **Parágrafo Único.** São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes perante a Companhia, atos de administradores, procuradores ou empregados que importem na assunção de obrigações ou responsabilidades, pela Companhia, estranhas ao seu objeto social. **Cláusula 17ª.** A Companhia considerará-se obrigada quando representada: (a) isoladamente pelo Diretor Presidente; (b) isoladamente por 1 procurador; de acordo com os poderes a ele conferidos, observado o Parágrafo Único abaixo ou (c) pelo Diretor sem designação específica em conjunto com 01 procurador ou com o Diretor Presidente. **Parágrafo Único.** As procurações serão outorgadas pelo Diretor Presidente e terão prazo de validade limitado a 1 ano, exceto aquelas para fins judiciais ou para a prática de ato específico, sem previsão exata de término, caso em que, cessadas as razões para as quais foram outorgadas, ficam automaticamente revogadas. **Cláusula 18ª.** Qualquer dos Diretores poderá representar a Companhia, isoladamente, perante quaisquer repartições públicas ou autoridades federais, estaduais ou municipais, bem como autarquias, sociedades de economia mista e entidades paraestatais, tais como a Junta Comercial do Estado de São Paulo, a Receita Federal do Brasil, a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, Prefeitura do Município de São Paulo, a Previdência Social e o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), única e exclusivamente no que se refere a atos de mero expediente, como solicitação de registro de documentos, requerimento de inscrição, atualização ou alteração cadastral da Companhia nos referidos órgãos, obtenção de informações sobre a situação cadastral da Companhia, regularização de pendências e requerimento e obtenção de certidões negativas, entre outras providências da mesma natureza. **Cláusula 19ª.** Incumbirá à Assembleia Geral fixar as remunerações globais anuais dos Diretores. **Cláusula 20ª.** No caso de vacância de qualquer cargo na Diretoria, a Assembleia Geral deverá, imediatamente, convocar reunião com o propósito de eleger o novo Diretor para preencher o cargo vago. **Capítulo V – Conselho Fiscal. Cláusula 21ª.** A Companhia poderá ter um Conselho Fiscal de funcionamento não permanente, composto de 3 membros efetivos e de igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral que deliberar sua instalação e que lhes fixará a remuneração, observado o disposto no art. 162, § 3º da Lei 6.404/76. Quando em funcionamento, o Conselho Fiscal terá as atribuições e os poderes conferidos por lei. **Capítulo VI – Exercício Social, Balanço e Demonstrações Financeiras. Cláusula 22ª.** O exercício social coincide com o ano civil, e inicia-se em 1º de janeiro e encerra-se em 31 de dezembro de cada ano. Fim do exercício social serão elaborados o balanço patrimonial e as demonstrações financeiras exigidas por lei. **Cláusula 23ª.** No fim de cada exercício será levantado um balanço geral, observadas as disposições legais vigentes. Dos lucros líquidos verificados, será deduzida a parcela de 5% para a constituição de reserva legal que não excederá 20% do capital social. O restante terá a destinação que lhe for determinada pela Assembleia Geral, desde que tenha sido distribuído aos acionistas um dividendo mínimo obrigatório de 25% na forma do artigo 202, da Lei nº 6.404/76. **Cláusula 24ª.** A Companhia poderá declarar, por deliberação da Diretoria, dividendos intermediários ou intercalares à conta de balanço trimestral ou reserva de lucros existentes no último balanço anual ou semestral. **§ 1º.** A Companhia poderá, por deliberação do Diretor Presidente, determinar o pagamento de juros sobre o capital próprio, na proporção das respectivas participações no capital social ou em outra proporção deliberada em Assembleia Geral, na forma e nos limites da legislação aplicável. **§ 2º.** Os dividendos intermediários ou intercalares e os juros sobre o capital próprio, declarados em cada exercício social, poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório do resultado do exercício social em que forem distribuídos. **Capítulo VII – Dissolução e Liquidação. Cláusula 25ª.** A Companhia será dissolvida e liquidada nos casos previstos em lei. A Assembleia Geral estabelecerá as condições da liquidação e nomeará o liquidante que funcionará durante o período de liquidação, fixando os respectivos honorários. **Capítulo VIII – Disposições Gerais. Cláusula 26ª.** Os casos omissos neste Estatuto serão regulados pela legislação sobre as sociedades por ações em vigor, pelas disposições legais e por resoluções da Assembleia Geral. **Cláusula 27ª.** Para todas as questões oriundas deste contrato, fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. **Marcos Aurélio Meneguetti** – Sócio e Diretor Presidente; **Maria Elisa Parreira de Barros Meneguetti** – Sócia e Diretora. Visto do Advogado: José Samurá Saiani OAB/SP nº 123.478. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 173.421/23-4 e NIRE 35.300.614.739 em 08/05/2023. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

HGF Brasil Serviços de Consultoria e Participações Ltda.

CNPJ/MF nº 30.386.772/0001-74 – NIRE 35.235.245.05-3
Distrito Social

Por este instrumento, as partes abaixo: **a) Aktiebolaget Halmstads Gummifabrik**, sociedade organizada e existente de acordo com as leis da Suécia, CNPJ/MF sob nº 30.125.266/0001-21, representada por, Sr. **Alexandre Verri**, portador da Cédula de Identidade RG nº 12.277.216 (SSP/SP), e do CPF/MF sob nº 082.290.548-51 e na OAB/SP sob nº 98.956; e **b) Janmon AB**, sociedade devidamente organizada e existente de acordo com as leis da Suécia, CNPJ/MF sob nº 30.125.263/0001-98, representada por, Sr. **Alexandre Verri**, acima qualificado. Representantes de 100% do capital social da **HGF Brasil Serviços de Consultoria e Participações Ltda.**, com sede na Rua Enxovia, nº 472, conjunto 1513, sala 6, Vila São Francisco, São Paulo-SF, resolvem, de comum acordo, encerrar as atividades da Sociedade, de acordo com o Artigo 1.033, inciso II, da Lei nº 10.406, de 10/01/2002, ("Código Civil"), conforme termos abaixo, uma vez que não mais interessa às sócias a continuidade de tais atividades. **Primeiro:** As sócias da Sociedade, bem como seus sucessores, serão responsáveis pelas obrigações da Sociedade para todos os efeitos, na proporção das quotas detidas por cada uma delas no capital social da Sociedade. **Segundo:** As sócias nomeiam neste ato como Liquidante da Sociedade o Sr. **Johan Lennart Fager**, portador da Cédula de Identidade para Estrangeiros (RNE) sob nº V120519-P, e do CPF/MF sob nº 213.060.478-11, o qual ficará responsável pela guarda dos livros e documentos da Sociedade, durante o prazo legal, e pela publicação do presente instrumento na imprensa local da sede social da Sociedade. **Terceiro:** O Liquidante ora nomeado declara, sob as penas da lei, que não está impedido de exercer a função de Liquidante da Sociedade, seja por determinação de lei especial ou em virtude de condenação criminal ou, ainda, por se encontrar sob os efeitos de pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade. **Quarto:** O Liquidante declara, ainda, que não há qualquer débito pendente da Sociedade com relação às autoridades fiscais ou perante quaisquer terceiros. **Quinto:** As sócias, neste ato, aceitam e aprovam, por unanimidade e sem reservas, o balanço de encerramento e as contas finais apresentadas pelo Liquidante. Ato contínuo, decidem as sócias que os valores disponíveis (se aplicável) no caixa da Sociedade serão utilizados para quitação das despesas incorridas com o registro do presente Distrato Social, incluindo, mas não se limitando a honorários de advogados e contadores, bem como outras despesas, sendo que eventual remanescente será devolvido às sócias, acima qualificadas, na proporção das quotas detidas por cada uma delas no capital social da Sociedade. **Sexto:** Estando o passivo da Sociedade totalmente liquidado e não havendo mais obrigações a serem cumpridas e, ainda, devido ao encerramento das atividades da Sociedade, as sócias declaram extinta a Sociedade a partir desta data. **Sétimo:** As sócias desde já garantem que serão responsáveis por eventuais débitos da Sociedade posteriores à presente dissolução, obrigando-se a indenizar o Liquidante caso o mesmo venha a ser demandado extrajudicialmente ou judicialmente por qualquer obrigação da Sociedade. **Oitavo:** As sócias terão direito e serão considerados responsáveis pelo recebimento de quaisquer pagamentos oriundos de créditos contra as autoridades fiscais brasileiras. **Nono:** Em vista das deliberações acima, as atividades da Sociedade estão definitivamente encerradas e a Sociedade está, consequentemente, dissolvida, liquidada e extinta, para todos os efeitos de direito. Este distrato é assinado eletronicamente. São Paulo, 19/05/2023. **Aktiebolaget Halmstads Gummifabrik** Por: Alexandre Verri; **Janmon AB** Por: Alexandre Verri. **Acordado:** Johan Lennart Fager – Liquidante. JUCESP – Registrado sob nº 204.109/23-1 em 24/05/2023. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

Trend Viagens Operadora de Turismo S.A.

CNPJ/MF nº 19.916.590/0001-25 – NIRE 35.300.508.491
Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 28/03/2023

1. Data, Hora e Local: Realizada no dia 28/03/2023, às 11h, na sede social da Trend Viagens Operadora de Turismo S.A., Santo André/SP, na Rua Catequese, 227, 8º andar, sala 84, Bairro Jardim, CEP 09090-401. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a publicação de editais de convocação, nos termos do disposto no artigo 124, §4º da Lei nº 6.404/76, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), em decorrência de estar presente a única acionista da Companhia, detentora da totalidade do capital social, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas da Companhia. **3. Mesa:** Presidente: **Leoni Dias de Andrade Neto**, Secretária: **Jéssica Soliquetti Vicente**. **4. Ordem do Dia e Deliberações:** a única acionista da Companhia, por unanimidade de votos, sem quaisquer reservas ou ressalvas, tomou a seguinte deliberação: **4.1. Aprovação do aumento do capital social da Companhia, mediante a emissão de 17.300 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, as quais foram subscritas e integralizadas pela única acionista da Companhia, mediante aporte de R\$ 17.300.000,00, nos termos do boletim de subscrição que constitui Anexo I à presente ata. O capital social, que antes possuía o valor de R\$ 337.184.289,59, dividido em 68.900 ações, todas nominativas e sem valor nominal, sendo 58.900 ações ordinárias, 5.690 ações preferenciais classe A e 4.310 ações preferenciais classe B, passou a ser de R\$ 354.484.289,59, dividido em 86.200 ações, todas nominativas e sem valor nominal, sendo 76.200 ações ordinárias, 5.690 ações preferenciais classe A e 4.310 ações preferenciais classe B. Dessa forma, o caput do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia passa a ter a seguinte redação: "Artigo 5º - O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 354.484.289,59, dividido em 86.200 ações, todas nominativas e sem valor nominal, sendo 76.200 ações ordinárias, 5.690 ações preferenciais classe A e 4.310 ações preferenciais classe B." **5. Encerramento:** Não havendo nada mais a tratar, o presidente declarou a Assembleia encerrada e suspendeu os trabalhos pelo tempo necessário para a lavratura da presente ata, na forma de sumário dos fatos ocorridos, conforme faculta o art. 130, §1º, da Lei das Sociedades por Ações, que lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. Santo André/SP, 28/03/2023. Confere com o original lavrado em livro próprio. **Jéssica Soliquetti Vicente** - Secretária. JUCESP nº 212.044/23-0 em 24/05/2023. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.**

Ouro fecha em leve alta, observando teto da dívida e perspectivas para o Fed

O contrato mais líquido do ouro fechou em leve alta nesta sexta-feira, 23, em mais uma sessão atenta às negociações pela elevação do teto da dívida dos Estados Unidos. Além disso, o dia contou com a divulgação de uma série de indicadores da economia norte-americana, o que impactou nas perspectivas sobre o aperto monetário pelo Federal Reserve (Fed, o banco central dos EUA). Na semana, a visão de que o banco central norte-americano deverá apertar ainda mais sua política pressionou os preços

do metal. Na Comex, divisão para metais da New York Mercantile Exchange (Nymex), o ouro com entrega prevista para em junho fechou a US\$ 1944,30 a onça-troy, em alta de 0,03%. Na semana, houve recuo de 1,88%. A semana difícil do ouro está terminando com alguns investidores buscando proteção caso as negociações do teto da dívida atinjam Edward Moya, analista da Oanda.

Isto é Dinheiro

Cotação das moedas

Coroa (Suécia) - 0,4636	Peso (Chile) - 0,006259
Dólar (EUA) - 5,0114	Peso (México) - 0,2837
Franco (Suíça) - 5,5332	Peso (Uruguai) - 0,1293
Iene (Japão) - 0,03566	Yuan (China) - 0,7095
Libra (Inglaterra) - 6,1851	Rublo (Rússia) - 0,06257
Peso (Argentina) - 0,02126	Euro (Unidade Monetária Europeia) - 5,3697

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa



Pérola Distribuição e Logística S.A.

CNPJ/MF nº 06.204.131/0001-77

Relatório da Administração

A Pérola Distribuição e Logística S.A., é uma companhia que atua no setor atacadista e varejista com a predominância na comercialização de produtos alimentícios, emprega mais de 1.400 colaboradores, tem investido em seu crescimento sustentável e apesar de todas as dificuldades e desafios tem conseguido atravessar esses momentos de incertezas políticas e econômicas que ainda passamos pelo mundo todo. No ano de 2022 a inflação causada pela ruptura das cadeias de suprimento, afetou a economia de forma global, e o grupo por consequência, passou por muitos desafios devido ao ambiente político instável com preços e juros oscilando. A inflação crescente e o conflito militar na Ásia, causou uma instabilidade nas commodities, e atingiu o preço do açúcar que é o produto principal do grupo. Diante desse cenário desafiador, repleto de incertezas, e com o esforço conjunto de toda a companhia, atingimos metas e batemos recordes, mantendo seis segmentos diferentes, nesse ambiente instável tivemos um crescimento de 15% no faturamento em relação ao ano anterior, número esse que foi acima do esperado pela instabilidade e recuo da economia ocorrido no ano de 2022, inauguramos uma nova unidade em Goiânia-GO, aumentando nossa capacidade de armazenagem, conseguindo em 2022 atender uma média de 15.331 clientes por mês. O grupo neste ano buscou consolidar sua história, seus números são bastante significativos em relação a sustentabilidade, e sob os direitos humanos, sempre crescendo seu quadro de pessoas, chegando a 2022 a 1.408 colaboradores, apoiando sempre na manutenção dos seus direitos, e mantendo sempre a equipe motivada e comprometida, gerada a partir de estratégias de liderança a empatia, coerência, que sempre

envolve as lideranças nos objetivos coletivos, gerando confiança, reconhecimento e produtividade. Sustentabilidade tem se tornado cada dia mais relevante nos negócios, por isto estamos buscando reforçar nossas políticas ESG (Environmental, Social and Governance) em ações mais arrojadas e concretas, consultorias nos apoiaram em 2022 na realização de ações de boas práticas operacionais (Governança), temos a conscientização social sobre grupos minoritários, a mulher foi homenageada pelo seu papel dentro da organização e é reforçado a importância delas no cargo de liderança, também respeitamos as políticas de cotas onde estas são tratadas como uma forma do grupo mostrar seu valor social. Desde a sua integração o colaborador recebe um kit e orientações de como o grupo preocupa com o consumo, seja hídrico, elétrico, e ainda sobre o descarte adequado dos resíduos gerados por todos. O retorno dessas ações será para as futuras gerações, seu foco vai além do lucro e pretende gerar um impacto social e ambiental positivo para o futuro. Em 2022 concretizamos a abertura de um novo CD em Goiânia, a ampliação da Filial DF para um mix de 8 mil itens, e o engajamento logístico para otimização dos espaços e melhoria na distribuição na unidade de Anápolis, incrementamos e investimos em segurança da informação, e otimizamos as atividades com a tecnologia aplicada, inteligência artificial e com a transformação digital. Esta frase é costumeira, mas faz parte de nossa essência, "SOMOS TANTOS, SOMOS UM", um grupo apaixonado pela movimentação e desenvolvimento, e acreditamos que harmonia e bem-estar aliados a uma boa qualidade de vida podem fazer um mundo melhor, 2022 foi mais um ano desafiador, e que todos os desafios superados

nos mostraram o quanto estamos preparados para as adversidades e o que ainda precisamos enfrentar. Na gestão e proteção de colaboradores, demos continuidade nas práticas já adotadas dos protocolos dos órgãos de saúde, envolvendo higienização de ambiente, distanciamento, utilização de máscara, afim de mantermos, mesmo com o afrouxamento dos protocolos sanitários instituídos para o combate à COVID, a segurança de nossos colaboradores, mas o primordial foi o esforço da companhia na manutenção dos empregos que continuará sendo uma meta para o próximo ano. Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos para apreciação de V.Sas., as Demonstrações Financeiras e Contábeis nos termos da lei 6.404/76 e suas alterações e CPC's, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes, referente ao Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2022, bem como colocar à disposição dos interessados as informações e documentações que deram suporte para as Demonstrações, os quais podem ser solicitados na sede da sociedade durante o expediente comercial. A Administração da Companhia reviu, discutiu e concorda com o integral teor das Demonstrações Contábeis e Financeiras assim como com o relatório dos auditores independentes. Aproveitamos o ensejo para agradecermos os esforços de todo o quadro de colaboradores e a confiança de nossos fornecedores, instituições financeiras e órgãos públicos, sem os quais não seria possível alcançar o êxito neste exercício ora encerrado.

Maurício Miguel Elias
Diretor Presidente

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

Ativo	Notas	31/12/2022		31/12/2021	
		Reapresentado		Reapresentado	
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	9.429	12.619		
Contas a receber de clientes	5	140.516	122.365		
Estoques	6	209.732	170.439		
Tributos à recuperar	7	38.014	35.918		
Devoluções à receber		270	437		
Adiantamentos	8	6.344	5.040		
Créditos com acionistas		-	4.446		
Outros créditos à receber		5	104		
Total do ativo circulante		404.310	351.368		
Não circulante					
Depósitos judiciais	9	6.015	8.482		
Investimentos	10	9.465	9.295		
Tributos à recuperar	7	47.166	43.103		
Impostos diferidos	17a	2.843	2.989		
Consórcios		499	962		
Empréstimo com partes relacionadas	25a	47.930	38.415		
Imobilizado	11	20.143	11.240		
Intangível	12	745	847		
Total do ativo não circulante		134.805	115.332		
Total do Ativo		539.115	466.699		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

	Notas	Capital social		Reserva de incentivos fiscais	Reserva legal	Reserva Retenção de Lucros	Lucros/Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020								
Aumento de capital social	19a	43.000	7.000	68.120	1.400	16.473	-	92.994
Distribuição de dividendos	19d	-	-	(43.000)	-	(5.000)	-	(5.000)
Resultado do exercício		-	-	-	-	-	46.799	46.799
Constituição de reserva legal	19c	-	-	-	-	-	-	-
Constituição reserva de incentivos fiscais	19b	-	-	46.799	-	-	(46.799)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021		50.000	7.000	71.920	1.400	11.473	-	134.793
Aumento de capital social	19a	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição de dividendos	19d	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do exercício		-	-	-	-	-	(1.370)	(1.370)
Compensação com prejuízos	19c	-	-	-	(1.370)	-	1.370	-
Constituição reserva de incentivos fiscais	19b	-	-	11.473	-	(11.473)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		50.000	7.000	83.393	30	-	-	133.423

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras (Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional – A Pérola Distribuição e Logística S/A (“Sociedade”) é uma sociedade anônima de capital fechado, instalada à Via Anhanguera Km 24 + 200, bloco V, Módulo 51, Jardim Jaraguá, no município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 05.275-000, inscrita no CNPJ sob o número 06.204.131/0001-77, NIRE sob o número 35300516265 e tem como objetivo social o comércio atacadista, varejista, importação e exportação de produtos alimentícios, produtos de limpeza, latarias, armários, bebidas, ferragens, ferramentas, cosméticos, produtos de perfumaria, beleza e higiene pessoal, empacotamento de açúcar e fabricação de açúcar moído, triturado, refinado. **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras – a. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil e os pronunciamentos técnicos, orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, as quais são consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. **b. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando de outra forma mencionada. **c. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **d. Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativa e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Sociedade e os valores reportados dos ativos, dos passivos, das receitas e das despesas. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e as premissas são revisadas de forma contínua e são reconhecidas prospectivamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros. As informações sobre premissas e incertezas associadas às estimativas e aos julgamentos, estão divulgadas na nota explicativa nº 3 e a Companhia não possui itens que possuem efeitos significativos sobre os valores mensurados nas demonstrações financeiras no contexto da sua operação. **e. Representação de cifras comparativas:** Em 10/06/2020 através do processo 5170397-27.2020.8.09.0051, a Companhia obteve uma decisão favorável para o não pagamento da contribuição de custeio ao Fundo Protege Goiás, e no ano de 2021, sustentada por essa decisão, não efetuou os recolhimentos dessa contribuição. Em 28/01/2022 a sentença foi reformada, considerando a cobrança da contribuição legal, o processo atualmente está em análise aguardando julgamento no STF. A Companhia não efetuou a provisão dessas contribuições no ano de 2021 conforme determina o Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. A Companhia então conforme prevê o Pronunciamento Técnico CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro ajustou as suas demonstrações financeiras, retrospectivamente, nos passivos, demonstrando do resultado, fluxo de caixa e patrimônio líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 originalmente apresentados. As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021, que são apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas e estão sendo reapresentadas. Os impactos no balanço patrimonial do exercício comparativo, findo em 31 de dezembro de 2021 estão apresentados a seguir:

Impactos da reapresentação

Ativo	Originalmente		
	Apresentado	Ajustes	Reapresentado
Contas de ativo	466.699	-	466.699
Total do ativo	466.699	-	466.699
Passivo			
Circulante			
Impostos, taxas e contribuições a recolher	15.580	910	16.490
Demais conta de passivo circulante	209.910	-	209.910
Total do passivo circulante	225.490	910	226.400
Não circulante			
Impostos, taxas e contribuições a recolher	21.651	7.603	29.254
Demais conta de passivo não circulante	76.252	-	76.252
Total do passivo não circulante	97.903	7.603	105.506
Patrimônio Líquido			
Reserva de retenção de lucros	11.473	(5.747)	5.726
Reserva legal	4.166	(2.766)	1.400
Demais contas de patrimônio líquido	127.667	-	127.667
Total do patrimônio líquido	143.306	(8.513)	134.793
Total do passivo + patrimônio líquido	466.699	-	466.699

Os impactos na demonstração do resultado do exercício comparativo, findo em 31 de dezembro de 2021 estão apresentados a seguir:

Impactos da reapresentação

	Originalmente		
	Apresentado	Ajustes	Reapresentado
Receita líquida de vendas de mercadorias	1.148.983	(4.609)	1.144.374
Custo das mercadorias vendidas	(972.634)	-	(972.634)
Lucro Bruto	176.349	(4.609)	171.740
Receitas (despesas) operacionais	(135.078)	-	(135.078)
Resultado operacional antes do resultado financeiro e impostos	41.271	(4.609)	36.662
Receitas (despesas) financeiras	-	-	-
Receitas financeiras	50.699	-	50.699
Despesas financeiras	(36.255)	(3.904)	(40.159)
Resultado financeiro líquido	14.444	(3.904)	10.540
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	55.715	(8.513)	47.202
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(403)	-	(403)
Resultado do exercício	55.312	(8.513)	46.799
Total do resultado abrangente	55.312	(8.513)	46.799

f. Data de aprovação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da Sociedade, cuja autorização para sua conclusão foi dada em 05 de maio de 2023. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras. **3. Principais práticas contábeis** – A Sociedade aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. **a. Auração do resultado e reconhecimento de receita:** É auréado em conformidade com o regime de competência. As vendas das mercadorias são reconhecidas na emissão das notas fiscais de venda. No encerramento das demonstrações financeiras, a Sociedade avalia se a obrigação de performance foi cumprida na devida competência, e, quando relevantes, as vendas reconhecidas sem a entrega das mercadorias (obrigação de performance) são estornadas, incluindo impostos e custos vinculados. **b. Instrumentos financeiros:** (i) **Reconhecimento, classificação, mensuração e desreconhecimento dos ativos financeiros:** A Sociedade reconhece os ativos e passivos financeiros na data da negociação na qual as empresas se tornam partes das disposições contratuais do instrumento. No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado (modelo de negócio de manter fluxos de caixa contratuais mais juros), ao valor justo por meio do resultado abrangente (modelo de negócio tanto de manter fluxos de caixa contratuais mais juros quanto de vender os instrumentos financeiros) ou ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Sociedade mude o modelo de negócios para a gestão dos instrumentos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. A Sociedade desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando as empresas transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, essencialmente, todos os riscos e os benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pelas empresas nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou um passivo individual. Instrumentos financeiros não derivativos ativos incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber. Os instrumentos ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo através de resultado, de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Sociedade, em decorrência do seu modelo de negócio e características dos instrumentos financeiros ativos que envolvem receber fluxo de caixa e juros, classificou tais instrumentos na categoria de custo amortizado, que compreende: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outros créditos. (ii) **Reconhecimento, classificação, mensuração e desreconhecimento dos passivos financeiros:** Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Demonstrações dos Resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021	Notas	31/12/2022		31/12/2021	
		Reapresentado		Reapresentado	
Receita líquida de vendas de mercadorias					
	20	1.315.182	1.144.374		
Custo das mercadorias vendidas					
	21	(1.111.626)	(972.634)		
Lucro bruto		203.555	171.740		
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas com pessoal e encargos	22	(60.142)	(51.630)		
Despesas tributárias	22	(5.766)	(20.947)		
Despesas comerciais	22	(81.504)	(64.491)		
Despesas com operação	22	(31.140)	(26.766)		
Despesas administrativas	22	(14.557)	(12.348)		
Outras receitas operacionais	23	3.970	41.104		
Total receitas (despesas) operacionais		(189.138)	(135.078)		
Resultado operacional antes do resultado financeiro e impostos		14.417	36.662		
Receitas (despesas) financeiras					
Receitas financeiras	24	39.345	50.699		
Despesas financeiras	24	(54.986)	(40.159)		
Resultado financeiro líquido		(15.641)	10.540		
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social					
		(1.224)	47.202		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17b	(146)	(403)		
Resultado do exercício		(1.370)	46.799		
Quantidade de ações disponíveis no final do exercício (lote de 1.000 ações)					
Ações ordinárias e nominativas	19a	7.000	7.000		
Ações preferenciais e nominativas	19a	6.300	6.300		
Lucro do exercício por ações		700	700		
		(0,1957)	6,6856		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Resultados Abrangentes – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

	Notas	31/12/2022		31/12/2021	
		Reapresentado		Reapresentado	
Resultado do exercício					
		(1.370)	46.799		
Resultados abrangentes					
		-	-		
Resultado abrangente do exercício		(1.370)	46.799		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Método Indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	Notas	31/12/2022		31/12/2021	
		Reapresentado		Reapresentado	
Resultado do exercício					
		(1.370)	46.799		
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício					
Provisão contingências judiciais		1.586	(868)		
Provisão para perda estoques		49	18		
Provisão de perdas para recebimento de créditos		(268)	(538)		
Ajuste a valor presente de contas a receber		408	275		
Ajuste a valor presente de estoques		354	419		
Ajuste a valor presente de fornecedores		(1.043)	(59)		
Depreciação		2.605	1.736		
Amortização		106	134		
Baixa de ativo imobilizado		-	84		
Imposto de renda e contribuição social diferidos		146	403		
Resultado ajustado		2.572	48.403		
Aumento/Redução – Ativos					
Contas a receber de clientes		(18.290)	(33.609)		
Impostos à recuperar		(6.160)	(66.546)		
Estoques		(39.696)	(36.637)		
Adiantamentos		(1.304)	(3.683)		
Créditos com acionistas		4.446	1.400		
Empréstimos com partes relacionadas		(9.515)	(1.301)		
Outros créditos		265	89		
Aumento/Redução – Passivos		47.627	17.424		
Fornecedores		(10.427)	37.147		
Obrigações tributárias		468	592		
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		1.884	1.837		
Outras contas a pagar		(2)	(25)		
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		(28.132)	<		

... continuação

Pérola Distribuição e Logística S.A.

de recebimento são submetidos a apresentação de garantia, ou pagamento antecipado. A Administração da Sociedade passou a registrar em suas demonstrações financeiras o ajuste a valor presente nas operações de vendas a prazo, as quais foram trazidas ao seu valor presente considerando os prazos das referidas transações. Foi utilizado uma taxa média de 20,27% a.a. em dezembro de 2022, base dos descontos dos recebíveis. O ajuste a valor presente das vendas a prazo é registrada na rubrica "Contas a receber" (nota 5) e sua contrapartida na rubrica "Receita líquida de vendas de mercadorias" (nota 20). **e. Provisão perdas esperadas com créditos:** As contas a receber são demonstradas pelos valores faturados por competência até a data do balanço, reduzidos pela provisão para perdas de créditos. Com a adoção

do CPC 48/IFRS 9, a Sociedade passou a mensurar a provisão com base na perda esperada. Considerando as operações internas da Sociedade, por ocasião dos balancetes e balanços, em função de atraso verificado no pagamento de parcela de principal ou de encargos, devendo ser observado o que segue: a) títulos sem atraso: risco nível AAA, no mínimo; b) atraso entre 1 e 10 dias: risco nível AA, no mínimo; c) atraso entre 11 e 20 dias: risco nível A, no mínimo; d) atraso entre 21 e 30 dias: risco nível B, no mínimo; e) atraso entre 31 e 60 dias: risco nível C, no mínimo; f) atraso entre 61 e 90 dias: risco nível D, no mínimo; g) atraso entre 91 e 120 dias: risco nível E, no mínimo; h) atraso entre 121 e 150 dias: risco nível F, no mínimo; i) atraso entre 151 e 360 dias: risco nível G, no mínimo; j) atraso superior a 360 dias: risco nível H.

Críticos de Provisão / Categoria	AAA	AA	A	B	C	D	E	F	G	H
Dias Atraso	-	01-10	11-20	21-30	31-60	61-90	91-120	121-150	151-360	Sup. 360
Percentual	0,50%	1%	1,50%	2%	3%	10%	30%	50%	70%	100%

f. Estoques: Os estoques são demonstrados ao custo médio das compras, ou seja, não inferior aos custos de reposição ou aos valores de realização e, quando aplicável, reduzido por provisão para cobrir eventuais perdas, e atualização por verba recebida ou concedida através de bonificação. As estimativas do valor realizável líquido devem ser baseadas nas evidências mais confiáveis disponíveis no momento em que são feitas as estimativas do valor dos estoques que se espera realizar, já considerando as possíveis perdas. Quando aplicável, é constituída provisão para perda na realização dos estoques, seguindo os critérios apresentados a seguir: • Produtos vendidos/avariados; • Trocas em garantia; • Produtos com vencimento em até 1 mês após na data de fechamento de balanço. **g. Imobilizado:** Registrado pelo custo histórico de aquisição, deduzido da depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A depreciação é registrada pelo método linear com base na estimativa de vida útil dos ativos, conforme taxas anuais demonstradas na nota explicativa nº 11. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. Os terrenos não sofrem depreciação. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido. A Sociedade realiza anualmente análise de índices de perda no valor recuperável do ativo imobilizado. Em 2022 e 2021 não foram identificados índices de perdas que ensejassem o teste de recuperabilidade. **h. Intangível:** Representado, basicamente, por gastos incorridos na aquisição de softwares, deduzidos de sua amortização, a qual é calculada com base em uma estimativa de vida útil (tempo de uso das licenças ou geração de benefícios à Sociedade). **i. Incentivos fiscais:** Os incentivos fiscais são reconhecidos no resultado ao longo do período, confrontados com as despesas a compensar, em base sistemática, desde que atendidas às condições do CPC 07- Subvenções e Assistências Governamentais. Seguem os incentivos utilizados pela Sociedade: **Bahia:** • Crédito outorgado regulamentado pelo art. 2º do decreto 7.799 de 09/05/2000. • Redução base de cálculo regulamentada pelo art. 1º do decreto 7.799 de 09/05/2000. **Distrito Federal:** • Crédito outorgado do regime especial de apuração regulamentado pela lei 5.005 de 21/12/2012. **Goias:** • Crédito outorgado regulamentado pelo art. 11º, inc. III do anexo IX do RCTE-GO, com redação dada pelo art. 2º, inc. II, letra h da lei 13.194/97. • Crédito Outorgado regulamentado pelo art. 11º, inc. XVIII do anexo IX do RCTE-GO, com redação dada pelo art., inc. I, letra i da lei 13.453/99. • Redução de base de cálculo regulamentada pelo art. 8º, Inc. VIII do anexo IX do RCTE-GO, com redação dada pelo art. 1º da lei 12.462 de 08/11/1994. • Redução de base de cálculo regulamentada pelo art. 8º, Inc. XXXIII do anexo IX do RCTE-GO, com redação dada pelo decreto nº 9.103 de 05/12/2017, decreto nº 9.282 de 20/07/2018 e Convênio ICMS 128/94. **Recantins:** • Crédito presumido conforme termo de acordo de regime especial para concessão de benefícios fiscais previstos na lei nº 1.303/02. • Crédito presumido conforme termo de acordo de regime especial para concessão de benefícios fiscais previstos na lei nº 1.201/00. **j. Provisão para riscos com demandas judiciais:** A Sociedade é parte em processos judiciais e administrativos e suas provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com um certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Administração acredita que essas provisões para demandas judiciais estão corretamente apresentadas nas demonstrações contábeis. Para que as provisões para demandas judiciais apresentadas reflitam a melhor estimativa de desembolsos futuros, os processos judiciais da Sociedade são avaliados e revisados periodicamente, com base em pareceres de advogados internos e externos, para estimar o potencial de perda de cada processo, sendo registrados contabilmente de acordo com as regras estabelecidas pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, que estabelece que uma provisão deva ser reconhecida quando: (a) A Sociedade tem uma obrigação presente como consequência de um evento passado; (b) É provável que recursos sejam exigidos para liquidar a obrigação; e (c) O montante da obrigação é possível de ser estimado com suficiente segurança. Se qualquer uma dessas condições não for atendida, a provisão não deve ser reconhecida.

6. Estoques Estoque de mercadoria para revenda 211.941 172.245 (-) Provisão para perdas nos estoques (*) (300) (252) (-) AVP estoques (1.909) (1.555) **Total** **209.732** **170.439** (*) A Sociedade contabilizou provisão para perda nos estoques de mercadorias que se encontram em situação de avariados, deteriorados e outros cujo vencimento estava próximo, comprometendo a sua realização. Todas essas mercadorias perderam a capacidade de geração de benefícios futuros, desta forma, foram objeto de provisão para perda no balanço de 31/12/2022, conforme requerido pelas práticas contábeis vigentes no Brasil. A efetiva baixa desses bens será efetuada em 2023 após os devidos trâmites legais que permitam o descarte no aterro sanitário ou recolha por parte das indústrias parceiras. Movimentação da provisão para perdas nos estoques:

	2022	2021
Saldo inicial	(5.171)	(5.709)
Constituições	-	-
(-) Reversões	268	538
Saldo Final	(4.903)	(5.171)

O contas a receber da Sociedade tem elevada diversificação de devedores, mas devido o atual cenário foram adotadas medidas de reanálise de crédito, o que resguardou uma manutenção dos índices de inadimplência, permitindo um índice equiparado ao ano anterior. **7. Tributos a recuperar** COFINS a recuperar 13.146 11.654 CSLL a recuperar 10 114 IRPJ a recuperar 2 232 ICMS a recuperar 749 870 ICMS a recuperar – imobilizado 1.623 718 PIS a recuperar 2.946 2.538 Créditos tributários a recuperar (a) 19.468 19.756 Outros 70 36 **Circulante** **38.014** **35.918** **2022** **2021** Créditos tributários a recuperar (a) 47.166 43.103 **Não circulante** **47.166** **43.103** (a) Os créditos tributários a recuperar são compostos por créditos de PIS e COFINS recuperados em decorrência da dedução do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS conforme processo transitado em julgamento da Sociedade. O processo foi ajuizado em 2011, garantindo o direito de reconhecimento do crédito tributário desde o período de dezembro de 2006. O montante total em discussão para este processo foi de R\$ 62.859, sendo R\$ 34.846 de principal e R\$ 28.012 de atualização de juros. No ano de 2022

foi aplicado sobre o montante de crédito a atualização da taxa selic disponibilizada pela Receita Federal do Brasil. **8. Adiantamentos** Adiantamentos à fornecedores (*) 6.059 1.470 Compras p/ entrega futura 7 3.367 Adiantamentos à funcionários 278 203 **Total** **6.344** **5.040** (*) O aumento do saldo de adiantamentos à fornecedores são pagamentos antecipados de açúcar com previsão de recebimento das mercadorias no prazo máximo de 45 dias. **9. Depósitos Judiciais** Depósitos judiciais (*) 6.015 8.482 **Total** **6.015** **8.482** (*) Os depósitos Judiciais refere-se a garantias vinculadas a uma discussão judicial de cunho tributário conforme previsto no Art. Nº 151 da Lei Nº 5.172/66 (CTN) e também a discussões judiciais de cunho trabalhista conforme previsto na IN Nº 36 do TST, em consonância com o Art. 836 da Lei Nº 5.452/43 (CLT). **10. Investimentos** – Na conta de investimentos incluem os ativos financeiros, exceto ações não resgatáveis, para os quais haja a intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento, registrados pelo custo de aquisição, sendo eles:

	2022	2021
Títulos ING BANK	8.460	8.460
Cotas de Capital – SICREDI	255	85
Títulos de Capitalização	750	750
Total	9.465	9.295

11. Imobilizado – a. Composição do saldo de imobilizado

	2022	2021
Vida útil em anos		
10 a 5 anos	968	(876)
5 a 10 anos	5.791	(1.643)
10 a 15 anos	21.381	(9.116)
15 a 20 anos	21.381	(9.116)
20 a 25 anos	7.925	(4.353)
25 a 30 anos	463	(398)
Total	36.529	(16.386)

b. Movimentação

	Saldo inicial	Adição	Depreciação	Depreciação	2022	2021
Instalações	184	-	(92)	93	184	184
Móveis e utensílios (a)	392	4.018	(263)	4.148	392	392
Máquinas e equipamentos (b)	9.467	4.207	(1.409)	12.265	9.467	9.467
Computadores e periféricos (c)	1.099	3.283	(810)	3.572	1.099	1.099
Veículos	97	-	(31)	66	97	97
Total	11.240	11.508	(2.605)	20.143	11.240	11.240

Instalações Móveis e utensílios Máquinas e equipamentos Computadores e periféricos Veículos **Total** **Saldo inicial** **Adição** **Depreciação** **Depreciação** **2022** **2021** Instalações Móveis e utensílios (a) Máquinas e equipamentos (b) Computadores e periféricos (c) Veículos **Total** Instalações Móveis e utensílios (a) Máquinas e equipamentos (b) Computadores e periféricos (c) Veículos **Total** (a) As aquisições de móveis e utensílios foram demandas para expansão da capacidade de armazenagem de algumas filiais e abertura de uma nova unidade de distribuição situada em Goiânia-GO. (b) As aquisições de máquinas e equipamentos foram para aprimoramento de suas filiais e implementação de uma nova unidade de distribuição situada em Goiânia-GO. (c) As aquisições de computadores e periféricos são aquisições destinadas para atualização ou reposição de equipamentos danificados e para a abertura de uma nova unidade de distribuição situada em Goiânia-GO. **c. Redução ao valor recuperável – "Impairment"** A administração da Pérola revisa o valor contábil dos ativos de vida longa, principalmente o imobilizado e intangível a ser mantido e utilizado nas operações com o objetivo de determinar e avaliar sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos não poderá ser recuperado. A administração verificou que nas datas de fechamento das demonstrações financeiras não haviam evidências de desvalorização desses ativos conforme pronunciamento CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos. **12. Intangível** Sistemas (softwares) * 1.679 1.675 (-) Amortização Acumulada (935) (829) **Total** **745** **847** (*) Os softwares referem-se ao sistema de gestão empresarial e estão registrados ao custo de aquisição e vem sendo amortizado linearmente em 12 anos. **13. Fornecedores** Fornecedores 149.198 101.571 (-) AVP fornecedores (1.592) (549) **Total** **147.605** **101.022** A Sociedade coloca em prática suas políticas de gerenciamento dos riscos financeiros para garantir que todas as obrigações sejam pagas conforme os termos originalmente acordados. **14. Financiamentos e empréstimos** – Refere-se a financiamentos obtidos junto a instituições financeiras conforme exposto a seguir: **Empréstimos** Banco do Brasil S/A 36.550 27.982 Banco Safra S/A 31.965 38.221 Banco Santander S/A 17.800 13.800 Itaú Unibanco S/A 13.383 17.012 Banco Sofisa S/A 29.787 29.236 Banco Original S/A 12.773 9.327 Banco Daycoval S/A 15.072 14.123 Banco Sicredi 15.972 13.397 Banco Industrial 15.000 **Total** **188.302** **163.098** **Arrendamento/Leasing** Banco Safra S/A 2.125 Banco Daycoval S/A 7.729 **Total** **9.854** **1.368** **Total financiamentos e empréstimos** **198.156** **164.466** **Circulante** **106.175** **103.143** **Não Circulante** **91.981** **61.323** Apresenta-se a seguir, demonstrativo contendo o vencimento e os montantes dos empréstimos reconhecidos no passivo circulante e não circulante: **Ano** **2022** **2021** 2022 103.143 2023 106.175 33.880 2024 78.542 22.931 2025 12.368 3.650 2026 1.071 862 **Total** **198.156** **164.466** Contratos com cláusulas restritivas (covenants) em relação a determinadas informações financeiras (dívida financeira líquida/ EBITDA), alienação, cisão, fusão, incorporação ou qualquer reestruturação societária, as quais, se ocorrerem, devem ser previamente autorizadas pelos agentes financeiros. Caso ocorra algum desses eventos sem anuência dos credores, os saldos em aberto terão vencimento antecipado. Todas as cláusulas restritivas (covenants) inerentes aos contratos de empréstimos e financiamentos requeridas são acompanhadas pela Administração da Companhia.

15. Impostos, taxas e contribuições a recolher

	2022	2021
ICMS a recolher	4.301	3.565
Protege a recolher (c)	8.356	15.698
ICMS parcelamento	-	9
ICMS substituição tributária	232	183
ICMS parcelamento-GO (a)	18.540	22.115
Fundo de desenvolvimento econômico	16	14
ICMS parcelamento-MA	-	365
Parcelamento previdenciário (b)	3.116	3.555
ICMS fundo de combate à pobreza	38	16
ICMS parcelamento-PA	-	27
Parcelamento tributos federais	75	108
ICMS parcelamento-BA	325	-
ICMS parcelamento-SP	245	-
INSS a recolher sobre notas fiscais	18	27
IRRF a recolher sobre pagamentos	18	18
IRRF a recolher sobre notas fiscais	4	6
ISSQN retido a recolher	15	18
PIS/COFINS/CSLL retido a recolher	16	18
IRRF sobre RPA	2	2

Total obrigações tributárias/Parcelamento **35.317** **45.744** **Circulante** **17.579** **16.490** **Não Circulante** **17.738** **29.254** (a) No ano de 2021 foram realizados parcelamentos de ICMS dentro da Lei 20.966/2021 (Facilita) em 84 e 96 parcelas com vencimento final para junho de 2023, as parcelas estarão sujeitas a correção pela taxa referencial do sistema de liquidação e custódia – Selic. (b) Em setembro de 2017 foram parcelados débitos previdenciários em 145 parcelas com vencimento final para 2023, as parcelas estarão sujeitas a correção pela taxa referencial do sistema de liquidação e custódia – Selic. (c) Foi ajustado em 2021 o valor do Protege de Goiás não provisionado em 2021 explicado na nota 2 "e" e conforme determina o CPC 23, está sendo realizado reapresentação da composição desses valores referente a este período. **16. Obrigações trabalhistas e previdenciárias**

	2022	2021
Salários a pagar	2.680	2.328
Rescisões a pagar	11	2
RPA a pagar	15	12
Pró-labore a pagar	9	9
Contribuição sindical a recolher	-	-
FGTS a recolher	357	330
INSS a recolher	1.103	1.039
IRRF a recolher	89	76
Total	4.264	3.796

17. Imposto de renda e contribuição social – a. Imposto de renda e contribuição social diferidos: É reconhecido conforme descrito na Nota Explicativas 3 "k". A composição dos saldos de imposto de renda (IR) e contribuição social (CSLL) diferidos é como segue: **Ativo fiscal diferido** **2022** **2021** Provisão para perdas esperadas 4.903 5.171 Provisão para perdas nos estoques - 252 Provisão para contingências judiciais 1.889 1.818 AVP contas a receber 1 1 AVP estoques 1.909 1.555 **Total da base do ativo diferido** **9.555** **9.340** 34% IR e CSLL – Ativo fiscal diferido **3.385** **3.176** **Passivo fiscal diferido** **2022** **2021** AVP fornecedores 1.592 549 **Total da base do passivo diferido** **1.592** **549** 34% IR e CSLL – Passivo fiscal diferido **541** **187** **Imposto diferido após compensação** **2.843** **2.989** **B. Conciliação da alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social**

	2022	2021
Resultado antes dos impostos	(1.370)	46.799
Alíquota fiscal nominal	34%	34%
Expectativa de IRPJ e CSLL	-	15.912
Adições temporárias:		
Provisão para perdas nos estoques	49	18
Provisão para demandas judiciais	1.586	431
Resultado líquido do ajuste a valor presente	-	634
Adições permanentes:		
Multas tributárias	681	4.975
Brindes, multas e doações	146	89
Total adições	2.462	6.148
Exclusões temporárias:		
Reversão provisão para perdas esperadas	(268)	(538)
Reversão provisão para demandas judiciais	-	(1.299)
Resultado líquido do ajuste a valor presente	(282)	-
Exclusões permanentes:		
Atualização monetária créditos tributários	(4.106)	(28.126)
Subvenção para investimento	(57.011)	(42.426)
Total exclusões	(61.666)	(72.389)

Base para apuração de IRPJ e CSLL **correntes** **(60.574)** **(19.442)** **(A) IRPJ e CSLL correntes** **-** **-** Provisão para perdas nos estoques 49 18 Provisão para demandas judiciais 72 - Resultado líquido do ajuste a valor presente - 634 Reversão provisão para perdas esperadas (268) (538) Reversão provisão para demandas judiciais - (1.299) Resultado líquido do ajuste a valor presente (282) - **Base para apuração de IRPJ e CSLL** **correntes** **(429)** **(1.185)** **(B) IRPJ e CSLL diferidos** **(146)** **(403)** **(C) Total IRPJ e CSLL (A) + (B)** **(146)** **(403)** **Alíquota Efetiva** **-0,74%** **-0,86%** De acordo com a legislação vigente, os registros contábeis e fiscais do imposto de renda e da contribuição social dos últimos cinco exercícios encontram-se abertos para uma eventual fiscalização por parte das autoridades fiscais. **18. Provisão para demandas judiciais** – A Sociedade é parte em ações judiciais e processos judiciais envolvendo questões trabalhistas, cíveis e tributárias. As demandas judiciais são avaliadas e revisadas periodicamente, com base em pareceres de advogados, e são registradas contabilmente de acordo com as regras descritas na Nota Explicativa 3 "k".

	2022	2021
Tributárias	14.426	12.911
Trabalhistas	1.341	1.327
Civil	548	491
Total provisão para demandas judiciais	16.315	14.729

Segue a movimentação ocorrida no saldo da provisão:

	2021	Adições	Reversões	2022
Tributárias	12.911	1.515	-	14.426
Trabalhistas	1.327	14	-	1.341
Civil	491	57	-	548
Total	14.729	1.586	-	16.315

Natureza dos riscos: A natureza das obrigações são compendiosas conforme abaixo: **Riscos cíveis** – as principais ações estão relacionadas a indenizações sobre reclamações de clientes com ações indenizatórias por danos morais. **Riscos trabalhistas** – consistem, principalmente, em reclamações de empregados vinculadas a disputas sobre o montante de compensação pago sobre demissões. **Riscos tributários** – referem-se a autos de infrações de ICMS, ICMS ST, PIS e COFINS, relativos a exercícios anteriores.

continua ...

... continuação

19. Patrimônio líquido – a. Capital social: Em assembleia geral ordinária e extraordinária realizada em 19 de maio de 2021, foi decidido por unanimidade dos acionistas o aumento do capital social da sociedade para R\$ 50.000.000,00 com saldo de reservas de incentivos fiscais. Em 31 de dezembro de 2022 o capital social, subscrito e integralizado, é de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), dividido em 7.000.000 (sete milhões) de ações, sendo 6.300.000 (seis milhões e trezentas mil) ações ordinárias nominativas e 700.000 (setecentos mil) ações preferenciais nominativas, todas sem valor nominal. **b. Reserva de incentivos fiscais:** Constituída de acordo com o estabelecido no artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações (emendado pela Lei nº 11.638, de 2007), essa reserva recebe a parcela de subvenção governamental reconhecidos no resultado do exercício, em conta redutora de impostos, e a ela destinados a partir da conta de lucros acumulados, consequentemente, não entram na base de cálculo do dividendo mínimo obrigatório. A movimentação da reserva de incentivos fiscais é como segue:

	2022	2021
Saldo inicial	71.920	68.120
(-) Integralização no Capital Social (*)	-	(43.000)
(+) Constituição da reserva de incentivos fiscais	11.473	46.799
Saldo final	83.393	71.920

(*) Em assembleia geral ordinária e extraordinária realizada em 19 de maio de 2021, foi autorizado por unanimidade dos acionistas o aumento de capital social da sociedade com valores da conta de reservas de incentivos fiscais. **c. Reserva legal:** Constituída com base em 5% do lucro do exercício e limitada a 20% do capital social, nos termos da lei societária e do estatuto social da Sociedade. A movimentação da reserva legal é como segue:

	2022	2021
Saldo inicial	1.400	1.400
(-) Aumento de capital com reserva legal	-	-
(-) Compensação com prejuízo	(1.370)	-
(+) Constituição da reserva legal	-	-
Saldo final	30	1.400

d. Reserva de retenção de lucros: Constituída ou revertida de acordo com o artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações. A reserva de retenção de lucros representa basicamente o lucro acumulado, em assembleia geral ordinária e extraordinária realizada em 19 de maio de 2021, ficou definido por unanimidade dos acionistas a distribuição de lucros no valor de R\$ 5.000.000,00 sendo este valor retirado da reserva de retenção de lucros. A movimentação da reserva de lucros é como segue:

	2021	2021
Saldo inicial	11.473	16.473
(-) Distribuição de dividendos	-	(5.000)
(+) Constituição da reserva de incentivos fiscais	(11.473)	-
Saldo final	-	11.473

e. Dividendo obrigatório: O dividendo obrigatório é equivalente ao percentual determinado nos termos do estatuto social que é de 10% do lucro líquido apurado no exercício social, após a realização das reservas de investimentos, incentivos fiscais, e legal. Demonstração da base de cálculo dos dividendos:

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	(1.307)	46.799
(-) Reserva legal	-	-
(-) Constituição da reserva de incentivo fiscal	-	46.799
(=) Base de dividendos	-	-
Dividendos propostos	-	-
Percentual de distribuição	-	10%

20. Receita líquida de vendas mercadorias – A Sociedade gera receita oriunda de venda de mercadorias em geral no atacado e

no varejo. A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida para fins fiscais apresentada nas demonstrações do resultado é conforme abaixo:

	2022	2021
Receita operacional bruta	1.620.693	1.408.377
(-) ICMS ST destacado nas vendas	(3.106)	(2.817)
(-) Despesas acessórias destacadas nas vendas	(1.600)	(1.522)
(-) Impostos incidentes s/ as vendas	(308.772)	(265.154)
(-) Bonificações nas vendas	(11.409)	(11.709)
(-) Devoluções e abatimentos	(12.227)	(11.321)
(-) AVP receita de vendas	(25.408)	(13.905)
(+) Subvenções fiscais para investimentos	57.011	42.426

Receita líquida de vendas de mercadorias **1.315.182** **1.144.374**
 (*) Foi ajustado em 2021 o valor do Protege de Goiás ele é deduzido das subvenções fiscais para investimentos por ser uma condição dos benefícios, o ajuste está demonstrado na nota 2 "e". **21. Custo das mercadorias vendidas** – Os custos das mercadorias vendidas incluem os custos de aquisição de mercadorias, deduzidos das recomposições de custos recebidas dos fornecedores e do ICMS substituição tributária recuperáveis. Despesas com frete relacionados ao transporte de mercadorias dos fornecedores até os Centros de Distribuição e com a transferência de mercadorias entre os Centros de Distribuição são incorporadas ao custo das mercadorias a serem vendidas.

Custo das mercadorias vendidas

	2022	2021
	(1.122.089)	(981.826)
Total do custo das mercadorias vendidas	(1.111.626)	(972.634)

22. Despesas operacionais – A Sociedade apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseadas na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

	2022	2021
Despesas comerciais	(81.504)	(64.491)
Despesas c/ pessoal e encargos	(60.142)	(51.630)
Despesas c/ serviços de terceiros	(8.219)	(7.317)
Depreciação/amortização	(2.711)	(1.870)
Aluguel de imóveis	(10.312)	(8.375)
Outros serviços	(4.245)	(3.973)
Despesas c/ operação	(20.210)	(17.579)
Despesas tributárias	(4.138)	(2.675)
Despesas tributárias períodos anteriores	(1.628)	(18.272)
Total das despesas	(193.109)	(176.182)

23. Outras receitas operacionais

	2022	2021
Receitas de aluguel	427	464
Reversão provisão para perdas de créditos	268	538
Ganho alienação de bens	2	2.002
Reversão provisão para demandas judiciais cíveis	-	746
Reversão provisão para demandas judiciais trabalhistas	-	553
Receitas de carga e descargas	1.545	1.581
Recuperação de créditos tributários (*)	-	34.846
Outras receitas	488	374
Descontos obtidos débitos tributários	1.240	-
Total das outras receitas operacionais	3.970	41.104

(*) Foi reconhecido no ano de 2021 uma receita de recuperação de créditos tributários referente ao processo da Sociedade de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS com trânsito em julgado (ver nota 7 "a").

24. Receitas e despesas financeiras

	2022	2021
Receitas financeiras		
Juros ativos	1.683	1.317
Descontos obtidos	8.395	7.537
Total receitas financeiras	39.345	50.699
Despesas financeiras		
Despesas bancárias	(461)	(466)
Despesas de cobrança	(3.067)	(2.619)
Juros passivos (*)	(3.055)	(10.991)
Encargos com empréstimos e financiamentos	(30.492)	(11.665)
Descontos concedidos	(8.832)	(5.619)
Taxas cartão crédito	(895)	(748)
AVP despesa financeira	(9.773)	(9.551)
Outras despesas financeiras	(11)	(23)
(-) Ressarcimento taxas e despesas bancárias	1.600	1.522
Total despesas financeiras	(54.986)	(40.159)
Total do Resultado financeiro	(15.641)	10.540

(*) Foi ajustado em 2021 o valor dos juros passivos incidentes sobre o Protege de Goiás expedido na nota 2 "e" e conforme determina o CPC 23, está sendo realizado reapresentação da composição desses valores referente a este período.

25. Partes relacionadas – a. Transações com partes relacionadas: Os principais saldos de ativos e passivos assim como as transações entre partes relacionadas que influenciaram o resultado do exercício, decorrem de operações com a Sociedade e demais empresas do grupo, as quais a Administração considera que foram realizadas em condições e prazos usuais as de mercado para os respectivos tipos de operações.

Nos ativos e passivos saldos 2022

Empresas	Fornecedores	Empréstimos (Ativo)	Empréstimos (Passivo)
TRP Operadora Logística Ltda	3.845	47.930	-
MJC Administração e Participações Ltda	-	-	2.641
JBV Participações e Empreendimentos Ltda	-	-	1.079
Total	3.845	47.930	3.720

Nos ativos e passivos saldos 2021

Empresas	Fornecedores	Empréstimos (Ativo)	Empréstimos (Passivo)
TRP Operadora Logística Ltda	1.969	38.415	-
MJC Administração e Participações Ltda	-	-	988
JBV Participações e Empreendimentos Ltda	-	-	849
Total	1.969	38.415	1.837

No resultado do exercício de 2022

Empresas	Receitas de aluguel	Despesas serviços	Despesa serviços
TRP Operadora Logística Ltda	420	(63.937)	(2.359)
MJC Administração e Participações Ltda	-	(4.088)	-
JBV Participações e Empreendimentos Ltda	7	-	-
Total	427	(4.088)	(2.359)

No resultado do exercício de 2021

Empresas	Receitas de aluguel	Despesas serviços	Despesa serviços
TRP Operadora Logística Ltda	457	(50.071)	(2.425)
MJC Administração e Participações Ltda	-	(3.744)	-
JBV Participações e Empreendimentos Ltda	7	-	-
Total	464	(3.744)	(2.425)

b. Remuneração de pessoal chave da administração: Em 2022, a remuneração e gastos de pessoal chave da administração, contempla pagamentos de diretores, que totalizou R\$ 144 que inclui pró-labore, benefícios e gastos, em 2021 esse valor foi de R\$ 144. **26. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos** – A Sociedade possui instrumentos financeiros representados, substancialmente, saldos de contas correntes e aplicações financeiras junto a instituições financeiras, além de contas a receber e contas a pagar de terceiros e empréstimos contratados junto a instituições financeiras, além de saldos a receber. A administração desses instrumentos é efetuada através de políticas de controles e de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas em relação às vigentes no mercado para operações de natureza, risco e prazo similares. A Administração entende que os instrumentos financeiros representados acima, os quais são reconhecidos nas demonstrações financeiras pelos seus valores contábeis, não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores de mercado, pois as taxas contratadas dos empréstimos e financiamentos são as praticadas efetivamente pelo mercado em transações semelhantes. **Gerenciamento de riscos:** Os principais fatores de risco inerentes às operações da Sociedade: • Risco de crédito: Decorrem da possibilidade de a Sociedade sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos. Para mitigar esse risco a Sociedade acompanha rigorosamente a sua política de vendas e aplicações financeiras, que inclui análise das instituições depositárias, seleção de clientes mediante análise de crédito e histórico de relacionamento, de forma a minimizar o risco de inadimplência. • Risco de concentração de recebíveis: A carteira de contas a receber possui adequado índice de pulverização. • Risco de taxa de juros: Exposição a riscos relacionados à variação de taxas de juros em função, principalmente, de empréstimos e financiamentos que poderão ter seus encargos financeiros ajustados pela variação da Selic e/ou do CDI para mais ou para menos. **27. Cobertura de seguros** – A Sociedade adota políticas de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos em montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis, consequentemente não foram examinadas por nossos auditores independentes. **28. Outras informações** – a. **Operações com instrumentos derivativos:** A Sociedade não opera com instrumentos derivativos. b. **Benefícios a empregados:** A Sociedade concede benefícios aos empregados tais como, seguro de vida, plano de saúde, plano odontológico, convênios de cunho facilitador, sistema S, cesta básica e ticket alimentação, benefícios além da legalidade previstas.

Maurício Miguel Elias – Diretor Presidente
 Werlei Carlos de Oliveira – Contador CRC-GO 13.773/O

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Ilmo Srs. Acionistas e Diretores
Pérola Distribuição e Logística S/A – São Paulo-SP
Opinião do Auditor Independente: Examinamos as Demonstrações Financeiras, da Empresa Pérola Distribuição e Logística S/A, encerradas em 31 de dezembro de 2022, que compreendem o Balanço Patrimonial, as Demonstrações do Resultado do Exercício, as Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstrações do Fluxo de Caixa, Demonstração de Resultados Abrangentes, para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as Demonstrações Financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa Pérola Distribuição e Logística S/A, em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas Financeiras adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para Opinião do Auditor:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas pro-

fissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidade da Administração pelas Demonstrações Financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações Financeiras de acordo com as práticas Financeiras adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas atividades, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidade dos Auditores Independentes:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as Demonstrações Financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de

que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas Demonstrações Financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: ■ Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas Demonstrações Financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. ■ Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa. ■ Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. ■ Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração,

da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas Demonstrações Financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional. ■ Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das Demonstrações Financeiras, inclusive as divulgações e se as Demonstrações Financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Goiânia-GO, 24 de maio de 2023.

Walkíria da Silva Alencar
 Auditor Independente
 CRC-GO 11.601-O CVM 11436

American Express Brasil Assessoria Empresarial Ltda.

CNPJ nº 07.965.479/0001-40

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em Reais)

BALANÇOS PATRIMONIAIS			DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO				DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS		
Ativo	2022	2021	Capital social	Reserva de Capital	Lucros Acumulados	Total	2022	2021	
Circulante	238.715.166	228.311.015	1.136.500	4.282.109	195.118.766	200.537.375	Receita líquida de vendas (Nota 17)	257.827.276	182.126.960
Caixas e equivalentes de caixa (Nota 3)	151.221.007	173.148.886		91.249	-	91.249	Custo dos serviços prestados (Nota 18)	(83.476.380)	(53.862.749)
Contas a receber (Nota 4)	34.578.495	26.689.386		-	21.016.000	21.016.000	Lucro bruto	174.350.896	128.264.211
Tributos a recuperar (Nota 5)	1.664.060	5.059.256		-	216.134.766	221.644.624	Despesas operacionais		
Tributos diferidos (Nota 6)	7.504.742	15.916.939	1.136.500	4.373.358	-	331.198	Administrativas e gerais (Nota 18)	(89.923.807)	(94.335.218)
Adiantamentos	152.084	169.651		331.198	-	331.198	Outras receitas operacionais, líquidas (Nota 18)	486	23.918
Despesas antecipadas (Nota 7)	43.594.778	7.326.897		(97.292)	(816.125)	-	Lucro antes dos resultados financeiros líquido	84.427.575	33.952.911
Não circulante	124.960.017	41.536.165		19.129.352	(2.568.464)	(2.891.941)	Despesas financeiras (Nota 19)	(6.566.696)	(2.369.448)
Depósito Judicial	759.405	1.687.261		9.092.642	19.318.352	28.410.994	Receitas financeiras (Nota 19)	18.223.078	8.141.325
Despesas antecipadas (Nota 7)	108.368.836	31.422.726		(187.302)	-	-	Lucro antes do IRPJ e CSLL	96.083.957	39.724.788
Direito de uso (Nota 14)	10.676.298	4.698.944		1.323.401	(193.945)	(18.667.651)	IRPJ e CSLL (Nota 20)	(31.909.515)	(18.708.788)
Imobilizado (Nota 8)	5.155.478	3.677.236		1.240	64.174.442	64.174.442	Lucro líquido do exercício	64.174.442	21.016.000
Intangível (Nota 9)	-	49.998		9.476.274	18.165.279	28.309.208			
Total do ativo	363.675.183	269.847.180		10.993.963	63.244.999	74.248.962	DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES		
Passivo e patrimônio líquido									
Circulante	74.053.397	43.702.629							
Fornecedores (Nota 10)	52.020.347	31.550.579							
Obrigações trabalhistas e sociais (Nota 11)	7.350.312	5.680.900							
Obrigações tributárias (Nota 12)	4.804.167	1.586.102							
Receita diferida (Nota 13)	1.554.047	1.741.349							
Adiantamento de clientes	282.410	2.207.878							
Arrendamentos a pagar (Nota 14)	8.042.114	935.821							
Não circulante	3.471.522	4.499.927							
Provisões diversas (Nota 15)	837.338	736.807							
Arrendamentos a pagar LP (Nota 14)	2.634.184	3.763.120							
Patrimônio líquido	286.150.264	221.644.624							
Capital social (Nota 16)	1.136.500	1.136.500							
Reserva de capital (Nota 16)	4.704.556	4.373.358							
Lucros acumulados	280.309.208	216.134.766							
Total do passivo e do patrimônio líquido	363.675.183	269.847.180							

Política

Gabriela Hardt se candidata a remoção de cargo e pode deixar Lava Jato



A juíza Gabriela Hardt, da 13ª Vara de Curitiba, manifestou interesse na remoção do cargo de magistrada substituta. A informação foi divulgada pela GloboNews e confirmada pelo UOL.

Com o pedido, a Hardt pode deixar a operação Lava Jato. Segundo um comunicado do TRF-4 (Tribunal Regional Federal da 4ª Região), a juíza manifestou o interesse em um concurso de remoção que tinha prazo aberto para participação até quarta-feira (24).

Além dela, outros magistrados também fizeram a manifestação. Todos eles, porém, ainda podem desistir da participação até segunda-fei-

ra (29).

“Após o encerramento dos prazos, o processo é instruído e levado a julgamento pelo Conselho de Administração. Somente após julgado o feito pelo colegiado é que restará sacramentada, então, eventual remoção”, diz nota do tribunal.

Hardt assumiu a 13ª Vara de Curitiba como titular no último sábado (20), após o TRF-4 afastar temporariamente o juiz Eduardo Appio por possíveis transgressões disciplinares.

Em situações anteriores, Hardt já havia assumido a jurisdição durante as ausências de Sergio Moro, hoje senador pelo União Brasil, e Luiz Antônio Bonat. Os dois já conduziram a Lava Jato.

A juíza foi responsável, em uma dessas substituições, pela sentença que condenou Lula em 2019. A condenação foi de 12 anos e 11 meses de prisão no caso do sítio de Atibaia.

Hardt elogiou Moro na sentença, afirmando que o então ex-juiz sempre tomou decisões fundamentadas na condução do processo contra o petista. À época, Moro já era ministro da Justiça de Jair Bolsonaro (PL).

A condenação de Lula, porém, foi anulada pelo Supremo Tribunal Federal. A Corte entendeu que os casos não deveriam ter tramitado em Curitiba. O STF também apontou a parcialidade de Moro nas ações contra Lula.

Caique Alencar/Folhapress

Bolsonaro é condenado em 2ª instância por ataques a jornalistas durante mandato

O Tribunal de Justiça de São Paulo condenou o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) a pagar indenização de R\$ 50 mil por dano moral coletivo a jornalistas.

A ação, ajuizada pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo em 7 de abril de 2021, acusava Bolsonaro de praticar assédio moral a toda a categoria profissional, afrontando a imagem e honra dos jornalistas indistintamente durante seu mandato, encerrado no ano passado.

Na primeira instância, a juíza Tamara Hochgreb Matos relembrou ofensas

do ex-chefe de Estado aos profissionais e determinou o pagamento de R\$ 100 mil ao Fundo Estadual de Defesa dos Direitos Difusos em julho de 2022.

A segunda instância, agora, reduziu o valor indenizatório pela metade, mantendo a condenação. A decisão foi por unanimidade.

A reportagem procurou Fábio Wajngarten, ex-secretário de Comunicação do governo Bolsonaro e que tem assessorado o ex-presidente, entre as 18h e às 19h, ligou por três vezes e enviou mensagens, mas não obteve resposta até a conclusão deste texto.

Matheus Tupina/Folhapress



Tarcísio acelera venda de terra a fazendeiros 'antes que lei caia' e dá desconto de 90%



O governo Tarcísio de Freitas (Republicanos) acelerou o processo de regularização de terras devolutas, com desconto de até 90% para os ocupantes e com base em lei questionada por PT e MST.

A legislação foi aprovada pela Alesp (Assembleia Legislativa de São Paulo) em 2022 e sancionada na gestão de Rodrigo Garcia (PSDB). Porém, a gestão de Tarcísio, eleito com apoio do agro, passou a colocar em prática os processos.

As terras devolutas são áreas públicas ocupadas irregularmente que nunca tiveram uma destinação definida pelo poder público e em nenhum momento tiveram um dono particular. O governo, então, inicia uma ação de dis-

criminação desses terrenos, dando preferência a quem os ocupa atualmente.

O órgão responsável é o Itesp (Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo), que já considerou aptos dez processos de regularização com base na lei.

Os imóveis foram avaliados em R\$ 64 milhões. O total dos descontos previstos, porém, soma R\$ 50 milhões --proprietários teriam que pagar só R\$ 14 milhões. Os terrenos somam 3.900 hectares, o equivalente a 25 áreas do parque Ibirapuera.

Há ainda 132 processos que não chegaram nesse estágio.

O PT entrou com ação direta de inconstitucionalidade no STF (Supremo Tribunal Federal) para barrar a lei. Até o momento, há pareceres fa-

voráveis da PGR (Procuradoria-Geral da República) e da AGU (Advocacia-Geral da União).

Um vídeo anexado no processo mostra o diretor-executivo do Itesp, Guilherme Piai, orientando agilização de processos antes que a lei caia. Suplente de deputado federal pelo Republicanos, Piai foi cabo eleitoral de Tarcísio e Bolsonaro no Pontal do Paranapanema, região oeste do estado.

“Agora está acontecendo uma questão política, que também foge da alçada do Itesp, que essa lei tem grandes chances de cair”, disse na gravação, citando que é necessário atuar no processo “enquanto a lei está vigente”.

Artur Rodrigues/Folhapress